

O PROFESSOR E AS POLÍTICAS CURRICULARES

DOI: 10.5281/zenodo.15243438

Patrícia Medeiros Mathias da Cruz

*Graduada em Pedagogia pela UFRN com Pós-Graduação em Pedagogia e Docência Universitária,
cursando mestrado pela World University Ecumenical*

RESUMO: A importância do gestor escolar na construção de um currículo que contemple a identidade e cultura da escola e a atuação dos professores como instrumento de construção de mudança educacional e curricular é de suma importância para uma escola produtiva. A vista que para isso é necessário trazer a tona o tema gestão democrática e participativa, muito discutido atualmente, mas nem sempre efetivo nas unidades escolares. Irei abordar questões referentes à relação das Políticas Curriculares, às práticas vivenciadas pelo professor, no âmbito educacional, levando em consideração o diálogo entre a comunidade em que a escola está inserida, os desafios que os professores enfrentam, e como as propostas das políticas curriculares chegam aos educadores. E por que questões como estas, geralmente, deixam o meio educacional refém destas políticas, e os professores se sentem despreparados para a inovação. Tendo visto que as modificações nas políticas curriculares têm maior realce, a ponto de serem avaliadas como se fossem em si a melhora educacional. Mas o que as políticas curriculares influenciam na prática educativa do professor? Quais os caminhos para uma melhor relação das Políticas Curriculares - Escola - Professor? Será que nós, professores, somos ou estamos capacitados para as demandas que são impostas? São questões como estas que irei discutir e refletir trazendo um pouco da minha prática como professora.

Palavras-chave: Políticas curriculares; Professores e Práticas educativas.

INTRODUÇÃO

O campo da educação é uma área que está sempre em constantes debates com relação às práticas pedagógicas, políticas públicas, e com relação às reformas educacionais. Compreendendo mudanças nas legislações, nas formas de financiamento, na relação entre os diferentes interesses do poder oficial (estados, municípios e escolas particulares), na gestão de escolas, na formação de professores, e na instituição de processos de avaliação centralizada nos resultados. As modificações nas políticas curriculares, entretanto, têm maior realce, a ponto de serem avaliadas como se fossem em si a melhora educacional. Mas é justamente nesse ponto que quero ressaltar a relação das políticas curriculares atuais e a prática educacional vivenciada pelo professor.

O que as políticas curriculares influenciam na prática educativa do professor? Quais objetivos dos conteúdos ensinados? Será que nós professores somos ou estamos capacitados para as demandas que são impostas? Questões como essas nos fazem questionar, discutir e refletir sobre o currículo escolar e as políticas na atualidade, e como as práticas escolares dos

professores, são geradas no âmbito educacional.

Sendo assim, percebe-se que às políticas curriculares prescrevem e impõem propostas as escolas sem ter uma análise para a comunidade em que a mesma está inserida, e em quais contextos a escola enfrenta. Sem se dar conta os professores se tornam reféns de políticas sem significação na prática, e que muitas vezes, não tem nenhuma formação ou preparo para essas mudanças.

A Escola é um organismo vivo e dinâmico, onde a pluralidade cultural da sociedade vigente se encontra com todas as suas dificuldades e contradições. E os problemas de ordem social, familiar e psicológico não param na porta da unidade escolar.

A partir dessa perspectiva dos problemas comuns de uma escola, enfatizamos o artigo 13 da LDB 9.394/96 que trata das atribuições do corpo docente dentro desse espaço escolar.

De acordo com esse artigo, os professores tem a incumbência de participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, elaborar e cumprir seu plano de trabalho que deve estar atrelado ao Projeto Político Pedagógico da instituição, cuidando para que os alunos desenvolvam a aprendizagem dos conteúdos e estabelecer estratégias de recuperação para eles se houver baixo rendimento, devem também ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos pela lei e garantidos aos discentes, além de participar integralmente dos períodos de planejamento, avaliação e formação continuada e por fim precisam colaborar com as atividades de integração entre a escola, famílias e a comunidade.

Observamos no artigo 13 uma série de funções dadas ao professor, e destacamos essas atribuições para relacionarmos aos problemas comuns da realidade escolar e salientar que as atribuições do corpo docente não se limitam ao que a lei prevê no decorrer desse artigo.

1- PROFESSORES E AS POLÍTICAS CURRICULARES

De acordo com Ilma Passos e Ana Lúcia Amaral organizadoras do livro Formação de Professores: Políticas e Debates, as estatísticas mostram o baixo desempenho do sistema educacional e o desânimo dos professores com as dificuldades encontradas no seu dia a dia. Elas afirmam que:

A realidade de um país marcado pelas diferenças sociais, pelas desigualdades de renda, pela exclusão de grupos culturais e pela crise de valores está presente no cotidiano escolar e se manifestam na forma de violência, rebeldia, desinteresse e apatia. (PASSOS; AMARAL, 2015, p.144)



Acredita-se que o professor tem o papel determinante na construção de mudança educacional e curricular, no entanto, estudos concebem distintas formas de pensar no que se refere a currículo e performatividade.

De um lado, situam-se os que, numa lógica educacional e de organização do currículo *top-down*, defendem modos de controle das escolas e do trabalho dos professores que lhes deixe apenas o papel de cumprir o que pelos órgãos do Ministério é prescrito. Do outro, os “que apostam na (...) autonomia, pretendendo ver a solução numa descentralização e numa maior capacitação das escolas e dos professores”. (LEITE, 2010).

Existe um questionamento muito grande a cerca dos mecanismos de controle e o desempenho das pessoas e instituições na ação pedagógica, pois o currículo é constituído de forma dinâmica, onde diferentes grupos, sujeitos e instituições buscam alcançar uma hegemonia no direcionamento da prática do professor de forma que o discurso de qualidade não seja apenas externo, mas também interno. No entanto, para isso é preciso uma gestão participativa que envolva toda a comunidade escolar na elaboração e construção deste currículo, pois conforme Passos e Amaral:

As pesquisas nas redes públicas e o contato com os docentes dessas redes em cursos e eventos pedagógicos tem evidenciado a presença e o crescimento de demandas e exigências de diversas ordens enfrentadas, hoje, pelos professores (as). Dentre elas, podem ser destacadas: a participação na gestão administrativa e pedagógica da escola, os desafios postos no campo do ensino em decorrência de reformas e mudanças, o defrontamento com a violência e com o tráfico de drogas no entorno e no interior da instituição escolar e a solução de questões relacionadas ao bem estar físico, emocional e social da comunidade escolar. (PASSOS; AMARAL, 2015, p.147)

Embora o discurso acadêmico no que tange à escola esteja voltado para a questão da gestão democrática e participativa, quase sempre, a liderança é praticada individualmente, o que não tenciona a ideia do líder como agente dos processos de aprendizagem gerando uma liderança disseminada.

Na verdade, temos em muitos casos, líderes autocráticos, que decide o destino da escola sozinho, sem permitir a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão, nem mesmo traz a conhecimento os investimentos e aquisições da escola.

É importante que o gestor escolar seja um líder estratégico e gerencial, mas também visionário e empreendedor para promover uma liderança escolar bem sucedida e dar o devido suporte aos professores, pois:



Os problemas sociais de diversas ordens aparecem de forma mais perversa na escola porque atingem uma população infantil e juvenil que precocemente sente o peso da fome, do desamparo e dos sinais de um futuro sem esperanças. Nesse cenário, o professor é desafiado a educar essa população, tarefa que, para ser desempenhada, termina passando por várias outras, como resolver problemas de alimentação e doenças dos alunos, ajuda-los a superar problemas emocionais, orientá-los em relação ao comportamento sexual, trabalhar com a prevenção ao crime e às drogas, entre outros. (PASSOS; AMARAL, 2015, p.147,148)

Percebemos que muitas são as responsabilidades postas sobre o professor, e todas merecem atenção. No entanto, o comprometimento de cada profissional, suas possibilidades e interesses é que vão delimitar quais desses problemas serão trabalhados no cotidiano. Sem contar que todas essas responsabilidades somadas às atribuições deste profissional, perante a lei, traz desmotivação e sobrecarga nesta grande missão que é educar para o mercado de trabalho, para a cidadania e para a humanidade. Isso faz com que o docente seja obrigado a conciliar as atividades de sua profissão com assistência social, psicologia, saúde pública, entre outras coisas. Afinal, qual seria o papel do professor e para que tipo de atuação ele está preparado?

Além dessas situações mencionadas acima, o docente ainda lida com os desafios e as suas discordâncias no campo do ensino, com as reformas e mudanças educacionais na área do currículo, e com suas próprias concepções acerca da escola e do currículo, uma vez que eles estão diretamente em contato com a realidade social, econômica e cultural de cada aluno.

Relacionando-o ao campo educacional, se definiria como o modo ou forma que ocorre o curso ou percurso efetuado, até o término do período programado. Analogicamente, é possível compreendê-lo através da expressão "*curriculum vitae*", documento em que todos os dados pessoais e profissionais num todo integrado, constando de objetivos "atingidos" e/ou "a atingir", estejam dispostos (TRALDI, 1987).

Segundo Traldi (1987), na aplicação do termo currículo à educação é possível encontrar uma variação no que se refere às suas concepções fundamentais, podendo este estar estruturado sobre enfoques diferenciados ou coletivamente articulados quanto à sua organização. Assim, o currículo educacional pode ser planejado e implantado sob o enfoque do conteúdo; do professor; da ação; da estrutura da organização (escola); das estratégias; da sociedade; da cultura e dos valores; e do educando.

Para Sacristan (1999, p. 2005):

(...) o protótipo de currículo da modernidade pedagógica tem suas raízes na concepção de *paidéia* ateniense que era elitista, porque a formação era para a classe



dominante.

Depois incorporou o legado do humanismo renascentista, igualmente minoritário, destruído mais tarde pela orientação *realista*, própria do desenvolvimento da ciência moderna, iniciada nos séculos XVII e XVIII. (...) Com os ideais da Revolução Francesa e, mais tarde, com os movimentos revolucionários dos séculos XIX e XX, há uma incorporação das dimensões *moral e democrática*, segundo as quais a educação redime os homens, cultiva-os para o sucesso de uma nova sociedade e forma-os como cidadãos; por isso, deve estar à disposição de todos e tornar-se universal.

Considerando a linha de evolução dos tempos na trajetória histórica da educação, observa-se que foram delineados diferentes concepções e alvos de planejamento do currículo, sendo este moldado de acordo com a organização institucional e as necessidades de determinada sociedade. Portanto, sob esse entendimento, é possível afirmar que num dado momento histórico, de acordo com as abordagens políticas e administrativas, bem como com as tendências pedagógicas de cada período, a fundamentação e o planejamento do currículo é passível de modificações.

Nesse sentido, numa análise comparativa da história da educação e o currículo escolar, fica perceptível que a cada tendência, ocorre maior concentração em determinado enfoque. Nesse sentido, Traldi (1987, p.35) exemplifica quando discorre sobre os tipos de currículos, ao afirmar:

O currículo tradicionalmente significou uma relação de matérias ou disciplinas, com seu corpo de conhecimentos organizados sequencialmente em termos lógicos. Os conhecimentos, desta forma estruturados, a princípio se "agruparam" no "*trivium*" (Gramática, Retórica e Dialética) para o primeiro ciclo, e no "*quadrivium*" (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia) para o segundo ciclo, que no seu conjunto compreendiam o "*septivium*", ou seja, as sete Artes Liberais dos estudos medievais que, podemos dizer, com ligeiras transformações, chegaram até os nossos dias com incorporação ou modificações adicionais.

Assim, à medida que os povos e nações foram se vendo envolvidos pelas mudanças, conforme argumenta Traldi (1987, p. 38), "foram também se impondo a revisões na estrutura e organização de sua educação," onde a escola tida como instituição socialmente criada para a transmissão dos conhecimentos "acumulados" (através dos tempos) e "acabados" (em sua organização e estrutura), foi diante das novas necessidades sendo questionada. Assim, posteriormente, se requereu conhecimentos mais técnicos, passando progressivamente:

A exigir uma dinâmica diferente da instituição escola, em que o aluno quanto mais "adestrado" estivesse no manuseio destas "técnicas" tanto mais habilitado estaria para enfrentar a vida e encontrar os seus próprios caminhos na busca das informações e conhecimentos onde quer que eles estivessem (TRALDI, 1987, p. 36).



Acreditou-se, a partir de então, que em suas atividades teria o homem de adquirir os conhecimentos necessários para poder enfrentar a realidade da vida, fossem eles adquiridos ou não no ambiente escolar. Desta forma, houve alterações no seu modo de ver, pensar e viver, o que determinou a ele, também, novas necessidades e atitudes perante a vida, definindo preocupações e novas perspectivas para a sua ação e educação.

Por esses aspectos e demais características é que diversos autores concebem sobre focos, também, diferenciados o currículo.

Por esses aspectos e demais características é que diversos autores concebem sobre focos, também, diferenciados o currículo. Nesta pesquisa, concebendo o foco da problemática no educando e na realidade social, são fundamentalmente importantes e norteadores do estudo as concepções de Dewey, Lee & Lee, referências de pesquisas de Taba, Piaget e Bruner, entre outros autores que argumentam o planejamento e aplicabilidade do currículo a partir dos enfoques do educando, da sociedade e da ação, para então considerar a ênfase sobre a cultura e os valores, o conteúdo, o professor, a estrutura da organização (escola) e as estratégias.

A partir do como é concebido o currículo, sob que visão e abrangência, vai se definindo o que deve ser considerado para sua elaboração, a nível de conteúdo e procedimentos. Nesse sentido, a concepção que se tem de currículo, com seus conceitos e preceitos, grau de importância, revela a necessidade e os enfoques necessários ao seu planejamento.

Segundo Dewey, citado por Traldi (1987), o valor do currículo está na possibilidade "de mostrar ao mestre os caminhos abertos à criança para o verdadeiro, o belo e o bom , permitindo, a esse mesmo mestre, *deter-minar o ambiente*, o meio necessário para o desenvolvimento do educando."

Incontestavelmente atual essa concepção sistematizada por Dewey, define o professor como promotor das condições e oportunidades de construção do conhecimento do educando, atuando ele na supervisão e no acompanhamento das atividades realizadas, abdicando da postura de professor tradicional na qualidade de transmissor de conhecimentos.

Desta forma, o "aprender fazendo", como referencia Traldi (1987), adquirirá um sentido tal, de forma que o educando ao proceder seu desenvolvimento, atinja a autodireção e, através disso, se tenha "o caminho pelo qual o mundo poderá resolver os seus problemas futuros". Tais concepções denotam um extremo avanço às idéias de currículo compreendido como matérias ou disciplinas "feitas e acabadas".

Outros autores também seguiram esta linha, lançando essas idéias de forma a vir desencadear até a contemporaneidade, provocando discussão e mesmo motivando professores e estudiosos da educação, especialistas em currículo, na linha do currículo por experiência e atividades.

Nesse sentido, a tarefa de planejar o currículo para que as atividades possam ser desenvolvidas a contento dos desafios que tem se apresentado com a evolução dos tempos, requer redirecionamento da ação educativa, tendo em vista melhor definição dos elementos que irá constituir o planejamento, implicando em responsabilidade e comprometimento de quem planeja.

Pode-se considerar, concepções do currículo que o perceba como "programa integral da escola, envolvendo os fins da educação, o que os professores e alunos fazem e como o fazem e os materiais que usam", e se acrescentaria: para quem se faz. Portanto, para o planejamento do currículo se faz necessário tarefas que são essenciais a todo planejamento e desenvolvimento de ações educativas, como sejam: a determinação dos objetivos; a seleção das atividades e matérias de ensino; e a organização destas atividades e materiais para o ensino de qualidade e uma aprendizagem significativa (LIBÂNEO, 2002).

Traldi (1987), ressalta que Taba (1962) já chamava a atenção para a necessidade de elaboração e planejamento científico e racional do currículo a partir de diagnóstico das necessidades socioculturais dos educandos, determinando objetivos a serem alcançados de forma que os estudantes possam enfrentar as demandas da sociedade no presente e no futuro.

Assim, no planejamento curricular de um curso ao invés de somente se estabelecer uma relação de conteúdo (disciplinas) e o tempo final do seu processo ensino-aprendizagem, é preciso determinar as direções das tendências da educação; selecionar princípios e procedimentos para determinar e organizar as experiências a serem desenvolvidas; selecionar padrões de organização curricular; determinar os princípios e procedimentos pelos quais as mudanças podem ser feitas, avaliadas e mantidas.

Nesse sentido o currículo deve se relacionar aos processos de desenvolvimento e necessidades humanas, fornecendo um ambiente que leve os indivíduos a estudarem e experimentarem a construção do conhecimento de modo sistemático, para que se desenvolva uma visão de homem buscada como indivíduos "ajustados", que: pensem, criem e contribuam positivamente, de maneira responsável, para o mundo em que vivem.

O futuro educador, o planejamento e a ação do currículo de seu curso requer, ainda

mais, comprometimento com a sua formação, sob o enfoque da experiência do educando no presente, que venha desenvolver competências profissionais a um futuro bem próximo.

Ao tratar a temática aqui proposta é preciso que se discuta o currículo como fator de mudanças, que favorece o processo de atenção à diversidade dos alunos, a partir das perspectivas de projetos e desenvolvimentos; em segundo, o delineamento de currículo em nosso sistema educacional; e, por último, a proposta curricular para uma escola inclusiva.

A idéia de que a escola tem de adaptar-se às necessidades dos alunos indica a necessidade de um instrumento para obter tal captação. Esse instrumento é o currículo. As discrepâncias identificadas por diversos autores sobre o seu significado nos levam a muitas definições do currículo.

Numa revisão de literatura sobre currículo, aparece um conjunto de elementos relacionados ao conceito de currículo e que tornam difícil oferecer uma única definição, não pelo vazio do termo currículo, mas pela grande quantidade de suas dimensões inter-relacionadas, que se pretende reunir sob tal conceito: os diferentes pensamentos ideológicos, políticos, econômicos, sociais, culturais, que configuram distintas formas de compreender o currículo (PERRENOUD, 2002).

Dessas diferentes opções, destaca-se a necessidade de um currículo em que a flexibilidade, a abertura, a autonomia e a adequação configuram-se como os seus aspectos definidores.

A concepção de currículo explicitada por Pérez Gomez (1993b, p.29), revela uma nova reflexão conceitual:

Entende-se como currículo o relato do conjunto de experiências vividas pelos professores e alunos sob a tutela da escola. Um relato que inclui muito mais que uma lista de conteúdos disciplinares, organizados em programas didáticos, ou um repertório de atividades. Um relato que abrange todos os acontecimentos significativos no processo de vivências compartilhadas de experiências culturais, ou seja, um projeto educativo em construção permanente. O currículo se transforma, assim, numa hipótese viva de trabalho, em um espaço social de experimentações dos problemas e valores educacionais que o projeto se propõe a desenvolver.

Observa-se, nessa definição, a necessidade de pôr em prática um processo de tomada de decisão em relação àquilo que os professores vão ensinar e os alunos aprender. Essa situação exige uma ordenação e estruturação que responde a duas idéias fundamentais: a necessidade de integrar as pessoas que formam uma determinada comunidade à cultura do grupo a que pertencem, evitando a perda de experiências acumuladas, como meio que contribua para o seu desenvolvimento integral; e a aceitação da noção de que alguns aspectos

do desenvolvimento pessoal, considerados importantes na cultura do grupo, não chegarão a produzir-se, ou serão produzidos de maneira pouco satisfatória, a não ser que sejam proporcionadas ajudas específicas que levam as pessoas a alcançar esse objetivo.

O campo do currículo é relativamente novo, pois surgiu no início do século XX, e passou a compor um campo importante, distinto do planejamento. O currículo é muito mais do que conteúdo, não se limita a componentes curriculares, pois o conteúdo faz parte dele, mas não significa todo o currículo, na verdade, o campo do currículo é uma arena de debate do conhecimento.

Segundo Casimiro:

Se por um lado o currículo assume o foco central da reforma, por outro as escolas são limitadas à sua capacidade, ou não, de implementar adequadamente as orientações curriculares oficiais. O currículo oficial, com isso, assume um enfoque sobretudo prescritivo. Por vezes o meio educacional se mostra refém dessa armadilha e se envolve no seguinte debate: os dirigentes questionam as escolas por não seguirem devidamente as políticas oficiais, e os educadores criticam o governo por produzir políticas que as escolas não conseguem implantar. Em ambos os casos, parece-me, tem-se o entendimento da prática como o espaço de implantação das propostas oficiais, sendo as políticas curriculares interpretadas como produções do poder central – no caso, o governo federal. (CASIMIRO, 2004)

O currículo é um processo que envolve inúmeras coisas desde a administração às práticas pedagógicas e ultrapassa os muros da escola, pois envolve a comunidade local, a comunidade escolar e conseqüentemente a cultura em que está inserido. Portanto, o currículo é composto pela significação de determinados conceitos dados pela escola e ele não é neutro, pois está relacionado a uma linha pedagógica, a uma ideologia e a cultura de um determinado lugar. Dessa forma o currículo é construído através de inúmeros conceitos e pensamentos, pois envolve questões sociais, individuais e culturais.

Nos EUA, as políticas de identidade marcantes no campo do Currículo se centram em diferenças de raça, gênero, sexualidade e na imigração latina. Na Europa, além das imigrações, inicialmente das colônias e mais recentemente dos países do Leste, a identidade cigana ganha relevo. No Brasil, a questão identitária tem sido vivenciada no currículo por embates raciais, envolvendo principalmente negros e indígenas, assim como grupos culturais menos facilmente definidos em termos identitários clássicos, como o movimento dos sem terra, por exemplo. (LOPES, 2011, p.216-217)

Atualmente, temos pouca produção teórica no campo do Currículo que afirme esses sentimentos de identidade de um grupo ou cultura, ou de um indivíduo, na medida em que é influenciado pela sua pertença a um grupo ou cultura. No entanto, os aspectos culturais,

pessoais, sociais, políticos e econômicos constituem a identidade de um indivíduo ou grupo e compõe o currículo, por isso esses aspectos são relevantes para construção do currículo escolar, pois é a identidade que produz a diferença, afinal, as pessoas se afirmam e se relacionam nas diferenças.

O currículo escolar deve ser pensado com cautela, uma vez que o conhecimento não pode ser reduzido ao que falamos e está relacionado à realidade do aluno. No entanto, o conhecimento científico não é o único que informa e desenvolve a cognição, não é apenas uma construção verbal, mas uma construção social. O currículo é, portanto a estratégia para a ação educativa e deve respeitar as peculiaridades regionais, valorizando o modo de vida dos alunos advindos das comunidades urbanas ou rurais.

Se o currículo é o conjunto de objetivos de aprendizagens selecionados que deve dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas recomendações é pelo currículo que são propostos aos alunos aprendizagens de conteúdos, a aquisição de habilidades, a incorporação de valores para em síntese, ampliar e aprimorar suas vivências.

Creio que para que as Propostas das Políticas Curriculares tenham sucesso, é preciso entender o espaço escolar e prática do professor. E partindo dessa vivência propor, junto aos professores políticas que permitam progresso na educação. Depois de reflexões com os professores e vivências nas escolas, outro ponto seria propor a equipe escolar formações continuadas, que pudessem ampliar a visão do professor, proporcionando assim, trocas de experiências, sejam positivas ou negativas, para que possam refletir no processo de ensino-aprendizagem significativo e produtivo.

Acredito também, que estas medidas diminuiriam a pressão social em que os professores vêm sofrendo, estigmatizados pelos males do Sistema Educativo. FERNANDES e LEITE denominam os professores de “bodes expiatórios” de todos os problemas do Sistema Educativo, que se por um lado, os professores são perseguidos, por outro, são encarados como agentes criativos de ações inovadoras e promotoras do sucesso da educação. Ou seja, os professores ficam limitados à sua capacidade, ou não, de implementar adequadamente as orientações curriculares oficiais, sem nenhuma capacitação do currículo oficial, e com isso, o currículo assume um aspecto sobretudo prescritivo.

As políticas curriculares devem ter o entendimento que é partindo das práticas que se

tem a implementação das propostas, e que o professor precisa participar, com voz ativa, sobre os caminhos que a educação fará. Assim, a teoria tem que caminhar em consonância com a prática, e a prática com a teoria, como esclarece Stephen J. Ball, 2009:

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de atuação, a efetivação da política na prática e através da prática. É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade da peça apenas toma vida quando alguém as representa. E este é um processo de interpretação e criatividade e as políticas são assim. (BALL, 2009)

Esta analogia de Ball significa que nós professores temos histórias, histórias de vida relacionadas à escola, e ao currículo. E que não adianta terem as palavras do texto da peça se nós professores não soubermos encenar, e dar vida a apresentação, ou seja, para que aja um verdadeiro sentido das políticas curriculares devem ter a palavra escrita, que são as políticas curriculares, mas em consonância com a ação, que é a prática dos professores. Situando-se como profissionais críticos-reflexivos das situações e dos problemas com que se defrontam. Conscientes de que esta visão e este posicionamento assumem uma forma consciente na confiança que ainda temos na escola seja, ela pública ou particular, professores que pensam na construção de uma educação que luta por ser mais justa, democrática e reflexiva, contribuindo para a concretização da justiça social.

No entanto, notamos que para o aumento da oferta de educação e acesso à escola, o Ministério da Educação propõe algumas reformas educacionais com o objetivo de garantir a permanência do aluno na escola, mas muitos professores questionam os reais objetivos da Educação, ou seja, se ela é mais voltada para formação humana ou para o desenvolvimento de competências consideradas indispensáveis ao mundo do trabalho.

Apesar das diferenças na concepção e nas formas de implementação das reformas educacionais, estas apresentam alguns aspectos aparentemente comuns. Defendem a maior autonomia das escolas, formas de gestão mais participativas, substituição do sistema seriado pela organização em ciclos e modificações no currículo e no sistema de avaliação. No entanto, apesar dos pontos comuns, os discursos da reforma educacional buscam se colocar em arenas bem distintas. (PASSOS; AMARAL, 2015, p.149)

Existe um grupo de educadores críticos que enfatizam que o ensino deve estar atrelado aos problemas da vida cotidiana para que o aluno seja inserido de forma crítica no mundo em



que vive. E eles afirmam que “o objetivo é preparar as pessoas não só para o mercado de trabalho, mas para serem cidadãs, capazes de atuar em todas as esferas da vida pública.” (PASSOS; AMARAL, 2015,p.150)

Segundo Antônio Flávio Barbosa Moreira em situação tão difícil e complexa, há que se promover uma educação que garanta a apropriação de conhecimentos, habilidades e visões de mundo que se mostrem indispensáveis para poder viver, conviver, lutar e sobreviver no mundo contemporâneo. (MOREIRA, 2013, p.547-562).

Percebemos que o currículo, de forma direta ou indireta, conduz o aluno à compreensão da sociedade em que ele vive, uma vez que o currículo considera situações do cotidiano. O currículo são as experiências de aprendizagem, de conhecimento que são planejadas e realizadas pela escola para atender os discentes contribuindo para o processo de ensino aprendizagem e construção da criticidade para o exercício pleno da cidadania. E que é possível que os professores reconheçam a essencialidade de mudanças na educação por conta das estatísticas, estudos e novos desafios que emergem na sociedade contemporânea.

No entanto, Passos e Amaral evidenciam muito bem que:

[...] é difícil para um profissional da educação superar a distância que existe entre o que pensa sobre o ensino e o que é possível realizar em sala de aula; entre o que estudou em sua formação acadêmica e a realidade das escolas públicas; entre o que gostaria de ser capaz de fazer e o que consegue realizar. (PASSOS; AMARAL, 2015, p.152)

Concordo com Leite e Fernandes, 2010, quando diz que “A *vontade* e o *querer* profissional parecem constituir a *pedra de toque*... mas só é possível a mudança curricular se os professores se assumirem não apenas como transmissores de saberes disciplinares, mas também como educadores criando situações que propiciem a formação global dos alunos. E se, paralelamente, a instituição escolar encontrar espaços para, juntamente com as comunidades, se envolver na enorme tarefa que é educar”. Ou seja, os professores devem ter a consciência de sua atuação como mediador e facilitador do processo ensino-aprendizagem significativo e produtivo.

Sendo assim, mesmo que uma gestão escolar administra democraticamente, e tenha uma equipe escolar que participe efetivamente das ações pedagógicas, que conhece o que é gerenciado e planejado pela instituição, que elabora seu PPP, que discute sobre currículo e que integra a família do aluno e a comunidade local ao ambiente escolar, precisamos cobrar

dos órgãos competentes que assumam e cumpram o seu papel, pois a responsabilidade é de todos e não cabe somente ao professor resolver todos os problemas e demandas da escola e da sociedade. Este profissional, sem dúvida, tem um poder enorme de influência para transformação da realidade social. Porém, não cabe a ele solucionar questões de esfera governamental ou familiar. É essencial que todos compreendam o seu papel e atuem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na linha das ideias sustentadas ao longo do texto, quero, nestas notas finais, em primeiro lugar reafirmar a importância de nós, professores, sermos reconhecidos pelo trabalho que desenvolvemos em condições muitas vezes pouco estimulantes à criatividade e à inovações curriculares. Em segundo lugar, destacar a nível de gestão escolar a importância de valorizar as trocas de experiências vivenciadas no âmbito escolar, porque assim podemos proporcionar novas relações interpessoais, produzir reflexões sobre o trabalho que estão a realizar, enfim, concretizar novos conhecimentos em equipe e de exercício profissional.

Posicionamo-nos do lado de quem considera que os professores são uma peça central na construção da mudança nas escolas e na melhoria da educação e da adequação do currículo considerado para todos indispensável. E, nesse raciocínio, defendemos que os professores têm uma ação importante, na construção do currículo, pelo menos no nível da sua recontextualização e nas condições que criam para a construção dos seus significados, situando-se como profissionais críticos-reflexivos das situações e dos problemas com que se defrontam.

Sendo assim, a escola do futuro para ofertar ensino de qualidade precisará de muitas mudanças, de uma gestão democrática e participativa, de integração com as famílias e conscientização do papel de cada um, de um currículo que verdadeiramente contemple a realidade e a identidade da escola, mas também de parceria e efetiva atuação dos órgãos competentes investindo fortemente na educação.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. **Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional.** Educ. soc., Campinas, vol. 30, n. 106. p. 303-318, jan./abr. 2009.

LEITE, Carlinda. FERNANDES, **Preciosa. Desafios aos professores na construção de mudanças educacionais e curriculares? Que possibilidades e que constrangimentos?** Educação, Porto Alegre. set/dez. 2010.

LEITE, Carlinda. **O currículo e o multiculturalismo no Sistema Educativo Português.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011, p.216-217.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo e gestão: propondo uma parceria in Ensaio:** aval. pol. públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p.547-562, jul./set. 2013.
PASSOS, Ilma A. Veiga; AMARAL, Ana Lúcia (orgs); SCHEIBE, Leda; SANTOS, Lucíola Licínio de C.P; DAMIS, Olga Teixeira; VIEIRA, Sofia Lerche. **Formação de Professores: Políticas e debates.** [livro eletrônico] SP: Papirus, 2015.